

M. Lurdes Pintasilgo indignada

EXTREMAMENTE ocupada, naturalmente, pelos contactos e negociações consubstantes à formação do Executivo a que deverá presidir — e cujo prazo de constituição já ultrapassou aquele que havia fixado — Maria de Lurdes Pintasilgo apenas tem tido contactos fortuitos com os representantes dos órgãos de Comunicação Social. Excepções, que tem havido dizem respeito, somente, a enviados especiais de órgãos estrangeiros, designadamente à brasileira TV Globo e a um jornal italiano, justificando-se pelo princípio natural de não desiludir quem de longe veio para escutar a sua opinião.

Tivemos oportunidade de apresentar a Maria de Lurdes Pintasilgo um breve questionário (apenas quatro perguntas, por termos conhecimento da sua falta de tempo), a que amavelmente se prestou a responder. A escassez de tempo disponível, que testemunhámos, impediram-lhe de

sobre todas se pronunciar. Ficámos, assim, sem saber a sua opinião sobre a Reforma Agrária e os moldes em que se processa a sua aplicação, acerca do carácter antidemocrático ou não do PCP, em função da actuação deste Partido no período de antes do «25 de Novembro», e ainda relativamente à usura que porventura a imagem do Presidente Ramalho Eanes terá sofrido com o apoio esquerdista concedido à personalidade que escolheu para primeiro-ministro e o consequente repúdio do PSD e do CDS. Obtivemos, porém, esclarecimento quanto a uma interrogação que formulámos nos seguintes termos:

— Qual a sua reacção ao facto de o PSD e o CDS não lhe concederem o «benefício de dúvida» a que se acha com direito?

Eis a resposta de Maria de Lurdes Pintasilgo:



«No plano meramente pessoal, considero que sou objecto de um juízo injusto baseado em preconceitos e em factos totalmente fabricados sem qualquer fundamento real. Por isso, embora lamentando tal situação, não me sinto verdadeiramente atingida. A pessoa que tenho visto desentona por alguns dirigentes dessas forças políticas é uma construção imaginária que nada tem a ver comigo. No plano político, considero as atitudes que refere como extremamente graves: em primeiro lugar, porque os Partidos políticos, antes de serem aparelhos para a conquista do Poder, devem ser escolas de formação cívica; isto é, treinar os seus militantes e filiados no amor à verdade, na procura da liberdade e no respeito pelos outros.

«Ora, a atitude referida incita à propagação da mentira. É atentória da liberdade de pensamento e de opinião de cada um. Instaura um clima de desconfiança e de aberta

hostilidade, clima que atraiçoa o princípio do respeito mútuo como base do civismo».

«Em segundo lugar, julgo que tais atitudes constituem, pela virulência despropositada de que se revestem, uma grave ameaça aos valores que sempre cimentaram a vida portuguesa. Repugna-me profundamente que os meus compatriotas estejam a ser submetidos a uma lavagem ao cérebro; que deles parece pretender-se ver uma massa anónima incapaz de julgar por si própria. Repugna-me que, como em outras situações outros tentarem fazer, se esteja procurando julgar as pessoas não pelos seus actos mas pelas ideias que lhes são indevidamente atribuídas.

«Repugna-me, ainda que pessoas que tiveram o benefício do acesso aos meios de instrução não sejam capazes de contribuir para uma análise crítica mais rigorosa do momento actual, situando o debate, se ele tiver lugar, ao nível que de tais pessoas se-

ria legítimo esperar.

«Por isso, reforça-se em mim a convicção de que a verdadeira cultura se encontra, não nos privilegiados da sorte, mas naqueles que através

do seu dia-a-dia, são capazes de julgar as situações com bom senso, lucidez e um sentido crítico muitas vezes mais agudo do que de muitos dos que em nome deles falam.»

Fundação Cuidar do Futuro

APÓS contactos havidos pela primeiro-ministro indigitado com várias personalidades que se têm deslocado ao Porto de Santo Amaro — e não só essas, porque conversações se têm desenvolvido noutras localidades e em áreas distintas, as quais têm passado despercebidas aos jornalistas —, tudo leva a crer que o elenco do Governo de gestão ficará concluído na próxima segunda-feira, o que, a confirmar-se, significará que na quinta-feira seguinte, ou seja no dia 2 de Agosto, o Presidente da República dará posse aos novos ministros.

Entretanto, e embora seja grande a especulação que gira à volta das figuras que formarão o referido Executivo, «o País» poderá assegurar, segundo fontes bem informadas, que Freitas Cruz, Gonçalves Ribeiro e Loureiro dos Santos se manterão nos lugares

desempenhados no Governo Mota Pinto, ou seja Negócios Estrangeiros, Administração Interna e Defesa, vindo a caber a pasta da Agricultura ao engenheiro agrónomo Joaquim Lourenço, Henrique Santa Clara Gomes, nos Assuntos Sociais, Maria de Lurdes Bechior para a Educação e, embora com reservas, o actual Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Alfredo Bruto da Costa, para adjunto do primeiro-ministro.

Nos esforços de informação desenvolvidos por «o País» não foi possível confirmar uma notícia posta a correr de que Vítor Alves, membro do Conselho da Revolução, possa vir a ser indicado para vice-primeiro-ministro. Consta que Ramalho Eanes, posto em confronto com esta hipótese, terá evidenciado a inoportunidade da nomeação.

